

GT3 Africanidades e Brasilidades em Direitos humanos e políticas públicas

NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS: CONTEXTUALIZANDO DEMANDAS E ABRANGÊNCIAS DESTE LÓCUS INTELECTUAL

Gyme Gessyka Pereira dos Santos

Resumo: O estudo a ser apresentado integra uma pesquisa que encontra-se em andamento, a mesma apresenta como uma de suas principais finalidades ampliar a visibilidade dos núcleos de estudos afro-brasileiros, e simultaneamente contextualizar as demandas objetivadas pela implementação destes espaços intelectuais, comprometidos com o resgate histórico e cultural e a legitimação do saber da diáspora africana e afro-brasileira.

Palavras-chave: visibilidade, legitimidade, antirracismo

_

Aluna do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação – Contextos Contemporâneos e demandas populares (PPGEduc-UFRRJ) – gyme lispector@yahoo.com.br



Esboçar um panorama para compreender o processo de surgimento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) configura-se em uma das intenções centrais deste estudo. Ainda que a pesquisa em questão esteja pautada em um único NEABI, o Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (LEAFRO/UFRRJ), este é parte deste contexto e precisa ser compreendido como tal.

No que se refere ao processo de pesquisa sobre a historicização dos NEABs, um dos primeiros desafios encontrados pautou-se na questão da diversidade cronológica com relação ao surgimento destes núcleos.

Na eminente tentativa de efetuar um mapeamento dos NEABs pertencentes as universidades federais utilizei os seguintes subsídios produzidos sobre a temática: o "I Catálogo da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)): Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros". Elaborado em 2010, este catálogo projetou difundir o conjunto de NEABs existentes em Institutos Federais, Universidades Federais, Universidades Estaduais e Centros Federais de Educação Tecnológica, porém são apresentados somente 24 núcleos.

Utilizei ainda uma dissertação intitulada: "Algumas contribuições para um Programa de Estudos Afro-Brasileiros", produzida em 2007 por Andrea Rodrigues, orientada pela professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Esta dissertação teve como metodologia de pesquisa a realização de entrevistas com cinco estudantes negros da graduação em diferentes cursos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar): Química, Biologia, Dança, Música e Jornalismo. A discussão central desta dissertação girou em torno do conteúdo a ser explorado: as entrevistas, nestas foram expostas o modo como estudantes negros, em diferentes áreas do conhecimento, refletem e constroem propostas para o enfrentamento da discriminação e do racismo.



Foi também subsídio para esta pesquisa o livro: "O enfrentamento do racismo e preconceito no Brasil – A experiência dos NEABs", organizado por Santana, Coelho e Cardoso (2014). Este livro apresenta relatos de experiências de sete NEABs localizados em diferentes estados do Brasil, e vinculados a diferentes instituições: universidades federais e estaduais; centro federal de educação tecnológica e Instituto Federal. O livro possui uma característica semelhante ao *I Catálogo da ABPN*: apresenta os núcleos de forma institucionalmente diversificada sem seguir uma padronização, perspectiva que diferencia-se desta dissertação, que por sua vez analisará somente os núcleos das universidades federais.

Estes são os NEABs apresentados no livro "O enfrentamento do racismo e preconceito no Brasil – A experiência dos NEABs": Centro de Estudos dos Povos Afro-Indio-Americanos, NEAB da Universidade do Estado (CEPAIA\NEAB-UNEB). O NEAB da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Pará (NEAB-GERA\UFPA). O NEAB da Universidade Federal Rural de Pernambuco (NEAB-UFRPE). O Núcleo de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (NEAB\CEFET-MG). O NEAB da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indiodescendentes do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Considerando o dado que confirma a existência de sessenta e três universidades federais no Brasil². De acordo com o levantamento concluído nesta pesquisa, destas sessenta e três universidades federais, trinta e nove possuem NEABs, enquanto vinte e quatro não apresentam em sua página eletrônica nenhuma informação que possa constatar a existência destes órgãos.

Deste modo, ao realizar uma revisão bibliográfica para a elaboração deste capítulo foi possível observar a quantidade limitada de estudos que abordam

2



diretamente o conjunto dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros que compõem especificamente as universidades federais. Destaco ainda que este trabalho faz menção somente aos NEABs das universidades federais, pelo fato do núcleo em estudo pertencer a uma universidade federal: a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Além da adversidade no que diz respeito ao aporte teórico escasso anteriormente relatada, convém ainda mencionar outro revés que vivenciei no processo de revisão de literatura para compreender o surgimento dos NEABs: a ausência de uma simetria cronológica no que se refere a implementação destes espaços de pesquisa. A partir desta constatação considerei ser necessário agregar a esta pesquisa elementos ou fatos que historicamente estejam de algum modo associados a implementação destes locais de pesquisa.

Nesta oportunidade destaco ainda que a busca por elementos que de algum modo subsidiem o processo de compreensão de surgimento dos NEABs foi criteriosamente selecionada para que o principal objetivo: contar um pouco da história destes núcleos de pesquisa, não fosse ofuscado.

No que se refere ao mapeamento dos NEABs das universidade federais, o processo envolveu os seguintes procedimentos: busca por páginas eletrônicas dos núcleos, primeira estratégia elaborada para realizar o mapeamento e verificar as existências e também as ausências destes espaços de pesquisa no âmbito das universidades federais.

Assim, por meio de pesquisas nas páginas de cada núcleo, foram observadas as principais características, além da possibilidade de estabelecer comparativos entre o que se distingue e o que assemelha-se em cada um dos núcleos. Para isto a justificativa da necessidade de uma catalogação completa. As páginas eletrônicas foram minuciosamente verificadas, e a partir deste primeiro procedimento foi possível constatar instituições que não tem NEAB; instituições que tem NEAB mas não tem página eletrônica; instituições que hospedam a



página eletrônica em site institucional e instituições que hospedam a página em blog.

Com o objetivo de contextualizar o processo de mapeamento dos NEABs, apresentarei na seção 2.2 deste capítulo, algumas considerações sobre estes territórios intelectuais afro-brasileiros. Ainda que seja exposta uma análise parcial dos núcleos: com base no conteúdo disponibilizado em acesso aberto, o meu esforço irá pautar-se no comprometimento em explicitar as características, as atividades realizadas, os engajamentos que em alguns aspectos diferenciam-se de núcleo para núcleo, mas também partilham de objetivos em comum: contribuições para uma educação antirracista e que viabilize a discussão, a produção e a divulgação de estudos que debruçam-se sobre a história da cultura africana e afro-brasileira; priorizando também a ampliação da aplicabilidade da Lei 10.639³; além do efetivo desenvolvimento de políticas públicas de promoção da igualdade racial e respeito a diversidade cultural.

Deste modo, neste estudo foi oportuno e pertinente empenhar-me na busca pelo histórico temporal de outros espaços de pesquisas afro-brasileiras, e deste modo compor este trabalho com o esmero e buscar preencher lacunas. Destaco, ainda, o quanto a disseminação destes espaços confere visibilidade e potencial teórico à cultura afro-brasileira, fortalecendo neste ensejo a diáspora africana no Brasil, conferindo resistência com base em sua legitimidade.

2.1 – CONFLUÊNCIAS HISTÓRICO EDUCACIONAIS QUE OPORTUNIZARAM A DIFUSÃO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

Como já enunciei anteriormente, de acordo com o mapeamento que realizei sobre o processo de institucionalização dos Núcleos de Estudos Afro-

_

Lei que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, tanto nas escolas públicas quanto nas escolas particulares, do ensino fundamental ao médio.



Brasileiros (NEABs) no âmbito das universidades federais, ainda que não tenha sido possível detectar uma conformidade histórica, existem, entretanto, a partir desta ausência de linearidade cronológica, possibilidades de verificar acontecimentos históricos ocorridos no âmbito da educação que corroboraram para a disseminação destes órgãos intelectuais. Assim, apresentarei a seguir três momentos históricos que tanto estimularam, quanto conduziram ao advento destes núcleos de ensino, pesquisa e extensão.

2.1.1 - A CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) E A REAÇÃO DA MILITÂNCIA NEGRA

Primeiramente gostaria de salientar o quanto a leitura do artigo: "Perspectivas educacionais: em busca de igualdade", escrito por Andréia de Souza⁴ (2011) foi norteadora no sentido de oferecer um tracejado histórico que permitiu-me perceber e compreender as confluências que reforçaram os processos de surgimento, organização e disseminação dos NEABs. Souza (2011) é categórica ao trazer em sua escrita aspectos do contexto educacional brasileiro, para oportunamente apresentar como produto das articulações do movimento negro, avanços: como os NEABs e a implementação da Lei 10.639/2003. A autora aponta características ideológicas do Ministério da Educação (MEC) e contextualiza aspectos deste órgão federal, destaca principalmente as propostas que reproduziram e reforçaram a naturalização do racismo:

De fato, a história de criação, desenvolvimento e consolidação do Ministério da Educação mostra que desde o seu surgimento na década de 1930 sob o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública (MES) – a instituição se configurou em torno da reprodução de um pensamento, visão e prática científica eugênica (SOUZA, 2011, p.99)

_

Doutora em Educação pela Universidade do Texas\Austin\USA. Atualmente é coordenadora de Educação para as Relações Étnico-raciais e Diversidade na Secretaria da Educação de Estado da Bahia.



Ou seja, as discussões a respeito das relações étnico-raciais no que se refere ao contexto educacional, não estavam contempladas nas pautas do MEC quando fundado. O movimento de inclusão desta agenda de discussão foi sistematizado, como fundamenta Souza (2011) pela atuação enérgica do movimento negro:

No que diz respeito a atuação do MEC após a mobilização das entidades, ativistas e pesquisadores negros nas décadas de 1970 e 1980 — o que provocou um debate sobre o racismo no processo de organização da Constituição de 1988 -, somente após meados da década de 1990 houve uma tentativa incipiente por parte desse Ministério de incorporar a temática étnico-racial nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), dadas as reivindicações históricas de organizações negras (SOUZA, 2011, pgs. 100 e 101)

Ou seja, sessenta anos após a sua fundação e atendendo as obstinadas pautas do Movimento Negro, o MEC efetua um significativo avanço ao inserir a discussão étnico-racial nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

A relação de compreensão que pretendo esboçar nesta seção, trata-se diretamente dos caminhos percorridos pelo segmento afro-brasileiro e a suas constantes atividades militantes para que avanços histórico-sociais e histórico-educacionais, como a promulgação da Lei 10.639/2003; a institucionalização dos NEABs no âmbito das universidades federais; a inserção da discussão étnico-racial nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), dentre outros avanços que simbolizaram e simbolizam os anseios da população afro-brasileira: fazer parte de uma sociedade com equidade racial.

Entretanto, antes de serem concretizadas, estas mesmas ações foram pautas constantes das reivindicações do Movimento Negro. No tocante à questão do intelectual negro e a relação direta deste com as atividades de militância é necessário mensurar o quanto os dois estão diretamente associados. A respeito desta correlação, Santos (2008) pontua:



Após o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, cresce significativamente o protesto negro contra a discriminação racial no Brasil e, consequentemente, aumenta o debate sobre a questão racial brasileira (...) Por outro lado há também o ressurgimento e o aumento significativo da quantidade de negros intelectuais oriundos direta ou indiretamente da militância dos Movimentos Sociais Negros, especialmente a partir da década de oitenta do século passado. Conforme os intelectuais Lúcia Barbosa, Petronilha Silva e Valter Silvério (SANTOS, 2008, p.03)

Assim, quando as articulações viabilizadas pelo Movimento Negro apontam as conquistas obtidas pela população afro-brasileira é necessário ressaltar que um aspecto incentivador foi a entrada do negro intelectual no espaço acadêmico, esta entrada é paradoxalmente marcada pelo processo de resistência em que este mesmo intelectual necessita provar constantemente que o ambiente acadêmico também é um espaço de direito onde o sentimento de não-pertencimento necessita de permanente reflexão e desconstrução: "(...) Intelectuais negros sempre existiram no meio acadêmico brasileiro (inclusive intelectuais do porte de Milton Santos, geógrafo mundialmente famoso), embora estes fossem — e ainda sejam — poucos nas universidades brasileiras (...)" (SANTOS, 2008, p.03). Desta forma é possível associar a presença de intelectuais negros nas universidades com o processo inserção de núcleos especializados em estudos da cultura e história afro-brasileira e africana nestas instituições.

Por isso faz parte desta reflexão a necessidade e relevância de pontuar cenas educacionais que indubitavelmente contribuíram para o processo de implementação de núcleos de pesquisa em universidades federais, com a competência em desenvolver ensino, pesquisa e extensão sobre as temáticas que perpassam a história e cultura afro-brasileira, englobando também a diáspora africana.

Ressalto ainda que embora as confluências históricas em determinados períodos não obedeçam uma linearidade no sentido de proximidade temporal, a complementaridade pode ser verificada.



2.1.2 - A MARCHA ZUMBI DOS PALMARES

O segundo momento que marca a gênese dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) trata-se da Marcha de Zumbi dos Palmares contra o Racismo pela Cidadania e pela Vida, realizada em 1995, ano do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares. Nesta circunstância, movimentos em defesa do segmento populacional negro organizaram esta manifestação que mobilizou cerca de 30 mil pessoas no dia 20 de novembro de 1995, com a finalidade de denunciar a inexistência de políticas públicas para a população afro-brasileira.

Na ocasião deste protesto foi efetuada a entrega de um documento ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, intitulado: *Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial*:

O documento apresentava um diagnóstico da desigualdade racial e da prática do racismo, com ênfase nos temas de educação, saúde e trabalho. Quanto às reivindicações, elas estavam divididas em tópicos que além dos três mencionados, incluía religião, terra, violência, informação, cultura e comunicação (LIMA, 2010, p.79)

De modo objetivo Silva, Trigo e Marçal (2013) descrevem acerca das três partes do documento anteriormente citado. A primeira parte contesta o enunciado de que o mito da democracia racial estava extinto, logo esta primeira parte interpela pela imediaticidade de ações intensificadas e concretas que denunciem o pseudodiscurso de igualdade racial defendido pelo mito da democracia racial.

Na segunda parte, denominada "diagnósticos", são mencionadas melhorias, tanto no aspecto da legislação, quanto da institucionalização, são também denunciadas continuidades de práticas racistas como agentes responsáveis pelas desigualdades, no que diz respeito à oportunidade e tratamento para com o segmento populacional afro-brasileiro.



Já na terceira parte, designada "Programa de superação do racismo e da desigualdade racial", são expostas proposições para os seguintes tópicos: "(...) democratização da informação, mercado de trabalho, educação, cultura e comunicação, saúde, violência, religião e terra (...)" (SILVA, TRIGO e MARÇAL, 2013, p. 567). Ao refletir acerca do objeto desta pesquisa, que trata de questões pertinentes à educação, especificamente as temáticas identidades negras e relações étnico-raciais na produção acadêmica do (LEAFRO/UFRRJ); sequencio a discussão deste documento atribuindo ênfase as proposições que contemplam o eixo educacional. Alguns eixos em específico reforçaram a difusão dos NEABs:

(1) a exigência de garantia de uma escola pública, gratuita e de boa qualidade, (2) o monitoramento dos livros didáticos, manuais escolares e programas educativos, (3) a formação permanente de professores e educadores para o trato da diversidade racial, (4) identificação das práticas discriminatórias, (5) eliminação do analfabetismo e (6) desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso a curso profissionalizante e a universidade (SILVA, TRIGO e MARÇAL, 2013, p.567)

Especificamente os eixos 3 e 6 podem ser considerados pautas constantes tanto nos debates quanto nas ações intensificadas pelos NEABs, com exceção ao acesso a curso profissionalizante.

Os núcleos têm desenvolvido permanentemente, tanto cursos de extensão, quanto cursos de formação continuada, estes embasados nas perspectivas tanto das relações étnico-raciais, quanto da compreensão da diversidade racial destacada no item 3.

2.1.3 - A APROVAÇÃO DA LEI 10.558/2002: O PROGRAMA DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) tiveram seu processo de disseminação impulsionado pelo Programa Diversidade na Universidade. Ainda que este programa não tenha realizado uma menção direta aos núcleos pelo fato



da sua finalidade inicial tratar-se de oferecer apoio aos pré-vestibulares comunitários, paralelamente os núcleos foram responsáveis pela interlocução entre os pré-vestibulares e a universidade. Com a implantação do Programa Diversidade na Universidade em 13 de novembro de 2002 por meio da aprovação da Lei 10.558/2002⁵. Implantados em instituições de ensino superior de diferentes regiões do Brasil, estes espaços de pesquisa, foram deste modo impulsionados pelo Programa Diversidade na Universidade⁶, embora alguns já existissem antes da implementação do programa.

Portanto, embora estes órgãos apresentem coletivamente finalidades que dialogam, como as questões pertinentes ao cumprimento da lei 10.639/2003, cada núcleo organiza as próprias atividades de acordo com as necessidades específicas e as demandas que emanam do contexto social do qual o NEAB está inserido. Ainda que tenham sido instituídos sob a égide das mesmas confluências históricas apresentadas neste estudo, cada NEAB apresenta a sua singularidade.

Referências bibliográficas:

SANTOS, Sales Augusto dos. De militantes negros a intelectuais negros.VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. Universidade Nova de Lisboa. 2008. p.1-13.

SOUZA, Andréia de Lisboa. Perspectivas Educacionais: em busca de igualdade. Revista Paidéia. Belo Horizonte. 2011. p.97-112.

SILVA, Paulo Vinícius Batista da; TRIGO, Rosa Amálio Espejo; MARÇAL, José Antônio. Movimentos Negros e Direitos Humanos. Revista Diálogo Educacional. 2013. p.559-581.

.

Lei que criou o Programa Diversidade na Universidade. Este programa foi implementado com objetivo de promover o acesso de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos ao ensino superior. Especificamente afrodescendentes e indígenas.

Programa executado pelo Ministério da Educação. Teve como objetivo implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso de indígenas, afrodescendentes e grupos economicamente desfavorecidos, ao ensino superior.